

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

■ A BAHIA NO CONTEXTO DA ECONOMIA GLOBAL

Os baianos decidiram, em outubro de 2006, alterar os rumos de sua política de desenvolvimento, principalmente, mobilizando seus recursos humanos para que, em parceria com o Governo, fosse possível obter melhores resultados com o uso racional e sustentável das potencialidades existentes. Elegeu-se uma estratégia de ação pública coerente com as potencialidades socioeconômicas do Estado, condicionada ao contexto nacional e internacional.

O processo de globalização vem intensificando as relações entre os mercados e aumentando a interdependência entre países, regiões e cidades. O estágio atual da economia de mercado dominante provocou mudanças nas relações de produção e no processo produtivo. A concentração exacerbada do setor financeiro, a importância dos Serviços no Produto, a extensão geográfica da produção industrial e, principalmente, o crescimento bruto e relativo de diversas economias emergentes caracterizam os novos tempos.

Uma certa especialização de países periféricos na produção de *commodities*, que enfrentam barreiras para exportação de seus produtos para os países mais ricos –

problema que o Brasil também enfrenta – não impediu e não impede que alguns países, entre os quais se destaca a China, considerando-se sempre suas peculiaridades, tenham conseguido ampliar/completar seu perfil produtor a ponto de tornarem-se atores relevantes na economia mundial.

Os casos de sucesso foram todos decorrentes de uma peculiar e clara política pública de desenvolvimento com participação ativa e não com inibição do Estado, com projetos de desenvolvimento nacional bem definidos, que convivem com elementos centrais de uma economia de mercado. Resta considerar a hipótese de obter resultados significativos, acrescentando às políticas públicas o resgate e a inclusão no processo de desenvolvimento dos empreendimentos de pequeno e médio porte articulados com os segmentos mais dinâmicos e capazes de garantir a todos os envolvidos maior participação no aumento do valor agregado pela sociedade.

Este novo modelo, que só será possível avançando em eficiência e eficácia dos serviços públicos, resgatará o significado do conceito de desenvolvimento como superação do crescimento *strictu sensu*.

É necessário acrescentar que eficiência só será possível reduzindo-se significativamente as práticas monopolistas e monopsonicas que o Estado, em quase todos os países, muitas vezes deixou de combater ou regular.

A conduta parcialmente adotada por alguns países em desenvolvimento, e por alguns Estados brasileiros, possibilita oportunidades para arranjos produtivos, baseados em redes que, alcançando as escalas adequadas, conseguem integrar com produtividade elevada pequenos, médios e grandes empreendimentos. O ambiente competitivo, exigindo qualidade de gestão, impõe flexibilidade e adaptação a constantes mudanças de mercado e tecnológicas, fazendo com que estas alianças entre pequenos e grandes empreendimentos possam resultar em maximização da eficiência, fortalecendo grupos produtivos locais, multiplicando empreendedores e gerando crescimento endógeno. Em outras palavras, a configuração da economia mundial, hoje, revela um ambiente cada vez mais integrado, onde há interação entre todos os países, o que resulta na absoluta necessidade de melhoria de gestão de recursos, tanto públicos como privados, para se alcançar melhor competitividade.

Ao descortinar possibilidades, bem como dificuldades que possam se apresentar futuramente, é fundamental avaliar o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas que influenciam as tomadas de decisão, tanto no setor público como no âmbito privado. No entanto, o elevado grau de incerteza que permeia o ambiente macroeconômico permite, apenas, que se estabeleçam tendências e se façam ilações respaldadas em números. Assim, o Governo da Bahia está acompanhando as tendências mundiais de modo a aproveitar as oportunidades que estão surgindo e se precavendo para eventuais dificuldades a serem enfrentadas.

Diante do exposto, o comportamento da economia mundial poderá potencializar a realização de investimentos no Brasil e, conseqüentemente, na Bahia. O Estado possui vantagens competitivas capazes de atrair boa parte dos investimentos direcionados para o Nordeste brasileiro, pois no campo industrial está bem posicionado geograficamente, próximo dos mercados nordestino, do Centro-Oeste e do Sudeste brasileiro, e com saída estratégica pelo mar para os mercados da América do Norte, do Mercosul e da Europa.

De acordo com relatório emitido pelo Banco Mundial, a taxa de crescimento da economia global aumentará mais que o dobro nos próximos 25 anos e terá impacto significativo na redução da pobreza mundialmente, de modo que o número de pessoas que vivem com cerca de US\$ 1,00 por dia poderá cair pela metade em 2030. O relatório deixa evidente ainda que o crescimento da economia global também poderá levar um grande número de pessoas a ascensão de classe. Com efeito, 15% da população mundial pertencerão à "classe média global", em comparação com os cerca de 6,7% de hoje. A confirmação destes números potencializará a demanda por bens de consumo duráveis e alimentos, podendo se constituir em oportunidade para países em desenvolvimento, como o Brasil. Além disso, a intensificação do comércio de bens passará a compor 1/4 do PIB mundial, com um maior número de pessoas consumindo. Isto significa uma mudança estrutural em favor dos países que tenham maior potencial de produção agrícola em termos de terra, clima e disponibilidade de água. Aliás, é isso que tem permitido mudança estrutural na formação de preço de muitas *commodities*.

O crescimento vigoroso da economia global será puxado pelos países em desenvolvimento (China, Índia e

Rússia), que deverão crescer a taxas superiores a 6% ao ano. Soma-se a isso o modesto, porém contínuo crescimento da União Européia e da economia norte americana que, apesar de apresentar taxas menores em relação a países em desenvolvimento, se dará sobre uma base bem maior. Contudo, vale destacar que os EUA enfrentam dificuldades internas relacionadas com o mercado imobiliário que poderão comprometer o bom desempenho de sua economia e, conseqüentemente, causar instabilidade no cenário mundial.

No ambiente interno, o crescimento da economia brasileira – que deverá ser de 5% em média nos próximos quatro anos – está fortemente correlacionado à taxa de juros, que poderá chegar a níveis compatíveis com as praticadas no mercado internacional ou, em uma hipótese menos otimista, a 10,4% (nominais) em 2010, conforme projeção do Banco Central. Esta redução, ainda que lenta e gradual, poderá estimular a realização de investimentos produtivos, principalmente nos setores industrial e agrícola, que deverão ser importantes vetores de crescimento da economia brasileira nos próximos anos. O fato de estar abaixo da emblemática taxa de 12%, mínimo de TIR (Taxa Interna de Retorno) exigido por muitas instituições de financiamento a empreendimentos de longo prazo, dinamiza fortemente estas tendências de redirecionamento do crédito para o setor produtivo.

A elevação da capacidade de endividamento das famílias, o que, a curto prazo, incrementa o consumo, combinado com o aumento do salário real, as transferências de renda para a população em situação de miséria absoluta e as facilidades de crédito tende a influenciar positivamente o consumidor, de modo que este comportamento poderá manter aquecida a demanda

por bens e serviços "salário". Hoje já se verifica um aumento significativo de investimentos no segmento da construção civil, que se caracteriza por impulsionar a economia a jusante (demanda por eletrodomésticos, móveis etc.) e a montante (aquecimento no mercado de trabalho e de materiais de construção).

A implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que prevê investimentos da ordem de R\$ 503 bilhões em quatro anos, potencializará o crescimento econômico nacional através do aumento dos gastos governamentais. Deste montante, estima-se que para a Bahia serão destinados cerca de R\$ 9 bilhões, o que representa 1,8% do total de recursos previstos.

Ainda analisando o comportamento de algumas variáveis no futuro, dados do Banco Central indicam que a taxa de investimentos no Brasil deverá crescer 4,26%, em média, nos próximos quatro anos. Esta projeção pode estar modesta, mas, por outro lado, é preciso separar os investimentos diretos para o setor produtivo das aplicações financeiras sobre as quais não se tem controle e podem ser muito voláteis.

Essa tendência pode ser reforçada pela queda do risco-país, que deverá se manter abaixo dos 200 pontos podendo chegar aos 100 pontos *investment grade* em 2008, representando um sinal positivo para investidores estrangeiros, principalmente no que diz respeito às aplicações financeiras. Quanto ao investimento, o diferencial será a expectativa de aumento do consumo/desenvolvimento e da lucratividade no mercado nacional.

Vale ressaltar que, enquanto alguns elementos influenciam positivamente o crescimento da economia bra-

sileira, outros emperram e delimitam o seu bom desempenho. Deste modo, o Governo Federal tende a manter a austeridade na gestão macroeconômica com a manutenção de metas de inflação e superávit primário. Soma-se a isso o fato de que a pesada carga tributária inibe o desempenho das empresas, enquanto o déficit na previdência, fundado basicamente na concessão de aposentadoria para pessoas que não recolheram contribuições ao longo de sua vida produtiva, pesa sobre as finanças públicas, limitando a possibilidade de gastos governamentais.

O aumento da liquidez internacional e a fase favorável do comércio mundial vêm propiciando significativo saldo comercial, no balanço de pagamentos e aumento das reservas cambiais. Mas, por outro lado, influenciando a valorização cambial, tem estabelecido problemas de mercado para alguns segmentos industriais, o que, dada a dificuldade de modificar as políticas que levam a esta situação, torna necessário o investimento em infraestrutura e logística, a redução da carga tributária, ou melhor, sua concentração, tornando-a menos regressiva e ampliando sua base de contribuição, além do aumento dos investimentos em P&D com foco em inovação e a promoção da inclusão tecnológica nas MPEs, buscando aumentar a competitividade dos produtos nacionais.

O conjunto dos elementos que compõem este cenário norteará as ações do Governo do Estado da Bahia para que se possa atingir os objetivos traçados. Ressalte-se, ainda, que tais ações deverão buscar consonância com a esfera federal, garantindo, deste modo, maior sinergia e efetividade.

Considerando-se o ambiente mundial, marcado pela competitividade, a realização de investimentos em

infra-estrutura e logística de transportes é imprescindível para se atingir um índice de crescimento econômico satisfatório e integrar a Bahia nacional e globalmente, revertendo o rodoviarismo e, em apoio aos novos planos do Ministério do Planejamento, defendendo a expansão do sistema ferroviário e marítimo.

O Brasil tem sua produção e sua renda concentradas no Sudeste, configurando o que chamamos Rótula de Concentração existente. O perímetro desta concentração vem se expandido e incorporado primeiro outras áreas do próprio Sudeste e, mais recentemente, avançado em direção ao Oeste e ao Sul do Brasil. A nova gestão do Governo Lula resolveu implementar o PAC e promover novos Eixos e Rótulas de Desenvolvimento.

A nova tese de dar importância, no desenvolvimento regional, aos Eixos Leste e Oeste coincide com a proposta de estratégia consolidada durante a transição do Governo Jaques Wagner. Defende-se a implantação de uma ferrovia que vai do litoral da Bahia (ao norte do Porto de Ilhéus) até o município de Luís Eduardo Magalhães, no Oeste baiano.

Numa segunda fase a ferrovia se estenderá a Cuiabá, no Mato Grosso, segundo indicação do traçado do professor Vasco Neto, ou a Anápolis, em Goiás, segundo sugestão do Ministério do Planejamento, ou aceitando traçados sugeridos pelos governos estaduais do Centro-Oeste – contatos feitos em Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul encontram grande receptividade.

A Bahia será assim um dos principais Eixos de Integração Leste-Oeste do país, pois tem fronteira com o Nordeste Setentrional, com o Centro-Oeste e o

Sudeste, ficando também muito próximo do Norte. A Ferrovia Bahia-Oeste estará articulada com a Ferrovia Norte-Sul e, no seu devido tempo, a todos os eixos de comunicação de sentido Norte-Sul.

Somam-se a isso a recuperação e abertura de estradas vicinais que ligam pequenas áreas de produção a estradas e entroncamentos rodoviários, a regiões para as quais há indicações dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável articulados com o Planejamento Estratégico da Bahia. Neles se configuram a articulação pretendida em empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, em termos de logística e constituição da Cadeia Produtiva.

No Semi-Árido foram indicados como Arranjos Estruturantes, os da caprinocultura, sisal e biodiesel, com logística articulada de acordo com as possibilidades (estradas vicinais, frigoríficos, fábricas, entrepostos, comercialização etc.).

Na RMS, acrescentam-se obras de acesso a portos, como a construção da via expressa portuária que vai interligar a área do Porto de Salvador com a BR-324 e o acesso ferroviário aos portos de Aratu e Juazeiro; desenvolvimento do projeto da Calçada; reestruturação da Ferrovia até o Porto de Salvador, preservando a Feira de São Joaquim; implantação do Parque Tecnológico; implantação do SAC Export/Import; trem regional ligando Alagoinhas a Salvador; trem magnético e implantação da área retro-portuária no CIA.

A Baía de Todos os Santos possui vocação natural para abrigar embarcações de grande porte, oferecendo condições para implantação de um moderno complexo portuário. As ações no campo da infra-estrutura

produzirão efeitos positivos diretos na área industrial, pois reduzirão custos de transporte e facilitarão o escoamento da produção, bem como ajudarão a promover a complementaridade entre cadeias produtivas e incentivarão a importação nacional através dos equipamentos portuários e aeroportuários.

A indústria baiana poderá ser beneficiada com a continuidade da onda de crescimento global, sobretudo, no que se refere às empresas exportadoras, bem como a situação do câmbio favorecerá o comércio relacionado à importação de produtos para o Brasil se contarmos com uma logística adequada a esta alternativa. Portanto, tentar antever o comportamento e o movimento de países líderes no comércio mundial é importante para se dar qualquer tipo de passo estratégico na direção dos negócios internacionais.

Assim, uma rápida análise da balança comercial baiana revela que os EUA são nossos principais compradores, seguidos pela Argentina e pelo México, sugerindo a necessidade de aumentar a relação comercial com países em forte crescimento, como os da Europa, a China, Índia e Rússia, e fortalecer ainda mais os negócios com países do Mercosul.

As oportunidades surgirão no campo de *commodities* como milho – beneficiado pelo aumento na demanda norte-americana para a fabricação de etanol. Boas perspectivas também para a produção sucroalcooleira e de veículos automotivos com motor do tipo *flex*, beneficiados pela alta do petróleo.

No mercado interno, surgirão oportunidades de aumento da demanda por oleaginosas, como mamona e dendê, utilizados na fabricação de biocom-

bustíveis e pela indústria oleoquímica. A necessidade de substituição de gorduras trans nos alimentos também poderá reforçar ainda mais a demanda por dendê *palm oil* – insumo que melhor substitui o uso das gorduras trans nos alimentos.

O desenvolvimento da Bahia não depende apenas do crescimento econômico, mas também da melhoria dos indicadores sociais, sobretudo, nos campos da educação, saúde e emprego. Este conjunto de ações propiciará maiores oportunidades de emprego, inclusive para pessoas a margem do mercado de trabalho, às quais estarão sendo oferecidas formas solidárias e convencionais de inserção no mercado produtivo. Investimentos sociais (educação, saúde, habitação, saneamento, segurança etc.) são, desta forma, essenciais para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

Assim, a visão de futuro que orienta o Plano Estratégico – construir um "Estado cuja população desfrute de qualidade de vida, maior participação nos resultados econômicos, com equilíbrio social e étnico, integrado nacional e internacionalmente" – somente será realizada mediante um esforço conjunto dos Governos Federal, Estadual e Municipais, da sociedade e dos meios privados, caminhando à luz do planejamento, aplicando os meios disponíveis e aproveitando as condições favoráveis para alcançar objetivos específicos.

Tendências Recentes da Economia Baiana

As transformações por que passou a economia baiana na metade do século passado, e cujos momentos emblemáticos foram a implantação da Refinaria Landulpho Alves – RLAM e o Pólo Petroquímico de Camaçari, mudaram profundamente a estrutura

econômica do Estado, sendo o antigo modelo primário-exportador decadente substituído por uma economia de base industrial que não garantiu um desenvolvimento sustentado.

Entre as décadas de 1950 e 1980, consolidou-se uma estrutura industrial baseada na produção de *commodities* intermediárias. Em consequência, a indústria elevou sua participação na estrutura do PIB que passou de 12% em 1960 para 26% em 1980.

Por outro lado, o setor primário viu sua participação declinar de 40% para 20,2%, não apenas devido ao crescimento dos segmentos industriais, mas também devido à decadência da economia cacaueteira e de outros produtos agrícolas. O processo de industrialização da Bahia foi apoiado nos investimentos federais e na atração de capitais internacionais. A característica fundamental deste modelo foi a concentração na produção de matérias-primas e insumos básicos, complementares à economia do Centro-Sul, e pouco relacionamento com o restante da economia local. O grau de concentração da economia baiana pode ser evidenciado pela participação do setor químico que nos anos 80 respondia por cerca de metade do Valor Agregado Bruto da produção industrial. A indústria que se implantou, além de concentrada em poucos segmentos, também era concentrada na Região Metropolitana de Salvador e, por ser de capital intensivo, pouco geradora de empregos. Outro segmento que emergiu na economia baiana foi o turismo, aproveitando as vantagens naturais do estado e sua rica herança histórico-cultural.

Todavia, este processo concentrador não logrou criar uma dinâmica interna de investimentos, nem mesmo um empresariado capaz de conduzir um processo de

desenvolvimento. À escassez de capitais somava-se a frágil capacitação do seu empresariado, posto que, até no que diz respeito a empresários, houve uma tendência de deslocamento naquela direção.

A partir de 1987, a economia baiana começou a desacelerar devido, entre outros fatores, à maturação dos investimentos no Pólo Petroquímico de Camaçari, ao desmonte da política de desenvolvimento regional, que culminou com a extinção da Sudene, e, também, à crise nos segmentos tradicionais da agricultura baiana, como o cacau, sisal, fumo, mamona, algodão e café. O primeiro em decorrência da vassoura-de-bruxa e os demais pelos fatores climáticos.

Contudo, a partir de 1997, a Bahia começou a sentir os efeitos de um novo surto de crescimento, resultado em parte da política de atração de investimentos industriais de produtos de consumo final, mas, principalmente em função da maturação de investimentos de grande porte, como a ampliação da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe, em julho de 2001, a instalação do Complexo Ford com suas sistemistas, em 2002, e a duplicação do complexo papel e celulose que entrou em operação em setembro de 2005. Nesta nova fase, também foi implantado um grande número de plantas industriais de pequeno porte, de vários segmentos produtores de bens finais, que se localizaram não apenas na Região Metropolitana de Salvador, como também em diversos municípios do Estado. Esta política promoveu a instalação em outros municípios fora da RMS de indústrias de diversos setores tais como o calçadista e de confecções. A expectativa era a de atrair investimentos suscetíveis a se interessar pelos incentivos da guerra fiscal, na esperança de promover o adensamento da matriz econômica do Estado e maior agregação de valor aos produtos, gerando

efeitos à montante e à jusante, promovendo, assim, a expansão da renda e alguma expansão do emprego, o que não aconteceu de forma significativa.

Acontece que a instalação de indústrias de grande porte não acarretou o desenvolvimento em rede de seus arranjos produtivos à montante e à jusante. Os efeitos da instalação da Ford sobre a estrutura econômica estadual, internalizando no Estado diversos segmentos da sua cadeia produtiva, bem como os resultados das florestas de eucalipto ainda não aconteceram, assim como não aconteceu a produção de bens finais a partir das indústrias intermediárias do Complexo Petroquímico de Camaçari. Eis aí uma tarefa a se concluir.

Enquanto o foco dinâmico da economia se deslocou para a indústria, o setor agrícola baiano, localizado principalmente no Oeste, em decorrência da ocupação do cerrado promovida por migrantes sulistas ao longo da última década do Século XX, registrou um franco processo de transformação produtiva, tecnológica, espacial e sócio-cultural acarretando alterações significativas no volume e no valor bruto da produção, que segundo o IBGE, no período de 1990 a 2006, cresceu em termos de valor adicionado 88,6%, apesar da crise da lavoura cacauzeira que se abateu no setor no mesmo período.

Em decorrência da evolução do setor agrícola, cujos principais movimentos se dão nos extremos da Bahia – Oeste, Sul e Noroeste –, registrou-se um deslocamento populacional para os centros urbanos regionais, decorrente da baixa absorção de mão-de-obra e de uma ocupação acentuada de recursos naturais. A explicação para essa constatação está relacionada à intensidade de capital exigida pelas culturas implan-

tadas, grãos no Oeste, eucalipto no Extremo-Sul e fruticultura irrigada na região Norte da Bahia que, no caso, é trabalho intensivo.

Pode-se observar que nas extremidades da Bahia, onde ocorrem as produções mais significativas de Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola, apresentam-se culturas de elevado valor comercial e nível de competitividade, expressos em sua participação crescente na pauta de exportação do Estado. Entretanto, do ponto de vista de inclusão social e econômica, existem robustas evidências de que esse movimento não tem conseguido incorporar áreas e pessoas que ficaram à margem do modelo tecnológico intensivo.

Por outro lado, as demais regiões do Estado e onde se insere o semi-árido, que representa cerca de 69,30% do território baiano, no que pese não se apresentarem com o dinamismo registrado nas regiões recentemente ocupadas, são responsáveis por um volume expressivo na produção de alimentos e matéria-prima e onde se encontra uma população também expressiva (49,36%), constituindo-se em sua maioria de pequenos produtores familiares.

Dentro deste contexto, algumas variáveis que caracterizam a importância da agricultura familiar no panorama baiano merecem ser destacadas objetivando realçar que, muito embora os obstáculos para o seu desenvolvimento sejam mais difíceis de serem transpostos, isto não inviabiliza que políticas agrícolas bem estruturadas, integradas a planos de desenvolvimento sustentáveis, implantadas progressivamente, possam melhorar a situação desses pequenos produtores.

A primeira variável relaciona-se à ocupação de pessoal na atividade rural. Segundo o censo 95/96 do IBGE, a

agricultura familiar responde por 85% do pessoal ocupado no setor agrário, contra 15% do setor não familiar. Como na agricultura se encontra 85% da população ocupada da Bahia, a agricultura familiar responde sozinha por 32,6% dos ocupados em nosso Estado. Ainda acima dos segundo e terceiro colocados em ocupação: serviços e comércio com, respectivamente, 24,9% e 13,9% da ocupação.

A segunda variável está relacionada ao Valor Bruto da Produção, quando se evidencia que a pequena produção responde por 40% do VBP contra 60% do setor intensivo de capital, mesmo considerando que esse setor ocupa 62% da área contra 38% da agricultura familiar.

Vale ressaltar, finalmente que, se o crescimento do setor agrícola baiano a partir da década de 90 é uma realidade constatada por várias instituições de pesquisa, inclusive pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI/SEPLAN, observa-se também que o processo viabilizou uma forte concentração espacial e econômica. A agricultura familiar, apesar de todos os obstáculos citados, cumpre ainda uma posição de destaque na produção de alimentos e matérias-primas, na ocupação de mão-de-obra e no número de estabelecimentos agropecuários, o que induz a reflexões sobre a necessidade de uma concepção de políticas agrícolas diferenciadas que almejem o desenvolvimento mais amplo no meio rural e não apenas o crescimento econômico. Portanto, faz-se necessário estimular o desenvolvimento da pequena propriedade e a agroindústria que estejam ligadas à agricultura familiar e incentivar a cooperação com produções artesanais, manufatureiras e industriais locais, de modo a permitir uma integração produtiva benéfica para ambos e favorecer a interiorização dos lucros.

É fundamental superar a armadilha de programas que apenas garantam a sobrevivência das famílias. Eles são melhores do que a inércia, mas não são uma solução estratégica para o desenvolvimento sustentado.

No sertão do São Francisco, destaca-se a fruticultura irrigada, com a produção de manga e uva de mesa, inclusive para atender à demanda internacional.

A dinâmica pretérita, mesmo amparada em políticas capazes de melhorar os indicadores de crescimento econômico, produziu resultados pífios sobre as condições de vida da população e sobre os trabalhadores. Do ponto de vista socioeconômico, o desafio é fazer com que, ao lado dos grandes empreendimentos e com o maior grau de articulação possível, desenvolvam-se os micros e pequenos empreendimentos e a agricultura familiar, gerando emprego, ocupação e renda.

O setor de serviços tem grande potencial de crescimento, sobretudo no segmento turístico, que proporciona efeitos positivos numa economia, a baiana, que se caracteriza pela escassez de capital e demanda insuficiente por conta da predominância de uma população pauperizada.

É preciso que a riqueza gerada pelo dinamismo econômico possa ser traduzida em melhores serviços para a população e melhoria na sua qualidade de vida. Em suma, deve ser implantado no Estado um efetivo processo de desenvolvimento sustentável, através da geração de um novo modelo de desenvolvimento. Um

modelo que contemple setores até então marginalizados e excluídos dos benefícios do crescimento. Um novo modelo onde produzir e crescer repartindo, bem como o desenvolvimento com inclusão e equidade, constituam eixos de desenvolvimento que garantam uma nova visão de futuro.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

O Estado da Bahia ocupa uma área de 564,7 mil km², sendo o quinto estado em extensão territorial, representado 6,6% da área total do Brasil e 36,6% da extensão da região Nordeste.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, a população estadual totalizava 13,8 milhões de habitantes no ano de 2005, mantendo a Bahia na condição de estado mais populoso do Nordeste e o quarto do país, abrigando 27,1% da população nordestina e 7,5% da brasileira. De acordo com as informações prestadas pelos residentes acerca da cor ou raça, cerca de 64,4% da população baiana eram compostos por pardos, 14,4% de negros, 21% de brancos, 0,3% de amarelos e indígenas, perfazendo, portanto, cerca de 79% de negros e pardos.

A maior parte do território baiano está inserida na região semi-árida. Esta região¹ totaliza 391,6 mil km², equivalendo a 69,3% do território baiano. Nela, localizam-se 266 municípios e residiam em 2006, segundo estimativas do IBGE, 6.451.835 pessoas, equivalendo a 48,4% da população do estado.

¹ A Portaria 89/2005, de 18 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional, tomando como base os resultados do Grupo Interministerial instituído pela Portaria nº 06, de 29 de março de 2004, atualizou a lista dos municípios que compõem o Semi-Árido brasileiro. Na Bahia foram incluídos no Semi-Árido mais oito municípios: Amargosa, Cabaceiras do Paraguaçu, Elísio Medrado, Iguai, Itagi, Nova Canaã, Potiraguá e São Félix do Coribe. O município de Barrocas foi emancipado de Alagoinhas, que integra o Semi-Árido.

A análise da evolução demográfica da população baiana revela significativas mudanças no seu ritmo de crescimento, na sua distribuição espacial e no seu perfil nas últimas décadas. A taxa de crescimento da população, tal como a do país, tem se apresentado declinante, tendência esta que deverá continuar nos próximos anos. Assim, enquanto entre 1980 e 1991 a população cresceu a uma taxa de 2,1% ao ano, no período 1991 a 2000 esta taxa declinou para 1,1% ao ano.

Esta significativa queda do ritmo da taxa de crescimento demográfico está diretamente atrelada ao declínio da taxa de fecundidade do Estado que, de acordo com os dados dos censos demográficos, reduziu-se significativamente em apenas 11 anos, passando de 6,2 filhos/mulher em 1980 para 3,6 filhos/mulher em 1991, e posteriormente declinou para 2,5 filhos/mulher em 2000. No ano de 2005, a taxa declinou para 2,2 filhos/mulher, já se aproximando bastante do nível de reposição da população (2,1 filhos/mulher).

Diante desse contexto, a queda da fecundidade vem proporcionando um expressivo efeito sobre o crescimento vegetativo, um dos componentes do crescimento demográfico. Com efeito, com base nas estimativas da SEI, a taxa média anual do crescimento vegetativo reduziu de 1,8% ao ano durante o período 1980/1991 para 1,35% a.a. entre 1991 e 2000.

Quanto ao efeito das migrações no processo de crescimento populacional cabe destacar que, com base no Censo 2000, a Bahia mantinha sua tendência histórica de expulsora de população. Este processo continua contribuindo para que a taxa total de crescimento populacional do estado seja inferior à taxa de crescimento vegetativo. No entanto, o saldo migratório revela uma pequena diminuição em termos absolutos,

passando de -282.477 em 1986/1991 para -267.465 em 1995/2000. O volume de entradas aumentou 34,3%, mas o de saídas também cresceu (10,4%). Essas tendências apontam para o resultado combinado do arrefecimento do fluxo de saída e da intensificação no ingresso de pessoas no Estado, inclusive dos migrantes de retorno.

A distribuição espacial revela também o processo de urbanização do estado. Enquanto em 1980, a Bahia era um estado com população majoritariamente rural, com uma taxa de urbanização de 49,5%, esta percentagem se elevou para 59,1% em 1991, 67,4% em 2000 e 66,5% em 2005. Segundo as informações da PNAD do IBGE referentes ao ano de 2005, nas áreas urbanas residiam 9,2 milhões de habitantes e nas áreas rurais, 4,6 milhões. Entre 1980 e 2000 ocorreu declínio absoluto da população rural, embora a Bahia continue com a maior população rural do país, em termos absolutos – quantitativo superior ao total de residentes em áreas rurais da região Norte e cerca de 2,5 vezes o da região Centro-Oeste do país.

A distribuição espacial da população urbana revela um processo de concentração, em especial na capital. Assim, residiam no município de Salvador, em 2000, 29,9% da população urbana. Apenas 11 municípios, com população acima de 100 mil habitantes, detinham metade da população urbana do Estado. Por outro lado, verifica-se uma dispersão de parte da população urbana em um grande número de núcleos urbanos de pequeno porte. De qualquer forma, de acordo com estudos da SEI, o crescimento de alguns centros urbanos vem fortalecendo a rede urbana do Estado. Além disso, registre-se a existência de 2.500 povoados no estado da Bahia, o que indica a importância de ações públicas em benefício das cidades e povoados.

Os estudos demográficos indicam elevação da esperança de vida, redução da mortalidade e da fecundidade, com o declínio no número de filhos por mulher. A esperança de vida ao nascer experimentou um expressivo acréscimo ao passar de 59,7 anos em 1980 para 71,4 anos em 2005. Estes processos resultaram em mudanças significativas na pirâmide etária da população baiana, refletindo num acelerado processo de envelhecimento populacional. A partir de uma estrutura, em 1980, com uma base alargada e um topo estreito, a pirâmide etária baiana tem sofrido uma redução na participação das primeiras faixas etárias e um aumento nas faixas etárias superiores. Assim é que a participação das pessoas com até 14 anos na estrutura populacional caiu de 43,7%, em 1980, para 39,7%, em 1991, e chegou a 29,1% em 2005. Em termos absolutos, esta população declinou de 4,2 milhões para 4 milhões no período considerado. Inversamente, a população de mais de 60 anos passou de 6,3% para 9,2% entre 1980 e 2005. Mais significativo é que, em números absolutos, esta população sofreu um acréscimo de 677 mil pessoas, passando de 601 mil para 1.278 mil no mesmo período.

Segundo as informações provenientes do Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, de 2000-2007 para

2004-2011, do Ministério do Planejamento, a população do Estado da Bahia deverá alcançar cerca de 14,5 milhões de habitantes no ano de 2011. Seguindo a tendência de envelhecimento populacional, os contingentes populacionais de 25 a 59 anos e de 60 anos e mais continuarão crescendo em termos absolutos e aumentando também a sua participação relativa na estrutura populacional. Em 2011, a perspectiva é que a população idosa seja de aproximadamente 1,38 milhão de pessoas (9,6% do total).

As mudanças na composição etária da população têm importantes significados na formulação das políticas públicas. Verifica-se um arrefecimento da pressão por políticas dirigidas à infância, como oferta de educação infantil e fundamental, além da saúde materno-infantil. Embora haja uma grande demanda não atendida, especialmente do ponto de vista qualitativo, a redução da pressão demográfica aumenta a capacidade de atendimento e de efetividade das políticas públicas com base na estrutura existente que, entretanto, precisa ser recuperada. Novas demandas são localizadas e periféricas ao parque infra-estrutural existente.

Os contingentes numerosos que ingressam na população em idade ativa (nascidos antes do declínio mais

Tabela1: População por faixa etária. Bahia. 1980-2011

Em mil habitantes

Faixa etária	1980		1991		2000		2005		2011	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
0 a 14 anos	4.187	43,7	4.710	39,7	4.179	32,0	4.018	29,1	4.239	29,2
15 a 24 anos	1.930	20,1	2.416	20,4	2.899	22,2	2.914	21,1	2.652	18,3
25 a 59 anos	2.874	30,0	3.925	33,1	4.914	37,6	5.615	40,6	6.221	42,9
60 anos e mais	601	6,3	817	6,9	1.078	8,2	1.278	9,2	1.388	9,6

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; PNAD 2005 e SEI: Projeção 2011

expressivo do nível de fecundidade) exercerão pressão nas redes de ensino médio e universitário. De fato, em que pese o crescimento decorrente da melhora no fluxo escolar e na redução do abandono, o expressivo aumento no número de alunos matriculados no sistema de Ensino Médio da Bahia – de 213 mil em 1991 para 722 mil em 2006 – reflete a pressão de origem demográfica. A pressão na rede de ensino superior também continuará crescendo sistematicamente, principalmente em função dos contingentes numerosos de egressos do Ensino Médio. Com efeito, no ano de 2005, na Bahia, apenas cerca de 5% das pessoas com 25 anos de idade ou mais possuíam 12 anos ou mais de estudo.

No âmbito do mercado de trabalho, a pressão de origem demográfica ainda se fará presente durante anos, constituindo-se em efeito de caráter duradouro. Isto ocorre porque este crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) atual é resultante dos tempos de alta fecundidade ocorridos no passado. Este processo irá manter-se, embora com uma intensidade cada vez menor, até o final da presente década. Ou seja, pelo lado da oferta, o desafio será o de conviver com uma pressão, de origem demográfica, por mais empregos pelo menos até o ano 2020, embora haja a expectativa que esse fenômeno já comece a se atenuar na segunda metade da atual década. Atualmente, cerca de 2,77 milhões de jovens de 16 a 29 anos estão pressionando o mercado de trabalho baiano.

O crescente aumento da população de idosos demanda cada vez mais recursos para atender esse segmento, seja com expansão do atendimento dos programas já existentes, seja com a criação de novos serviços direcionados, em especial para saúde e lazer. No âmbito

da saúde, por exemplo, apenas 15% da população de 1,28 milhão de baianos com 60 anos e mais de idade eram cobertos por um plano de saúde. A existência desse expressivo contingente de idosos (cerca de 1,1 milhão ou 85% do total) sem cobertura de plano de saúde incorre numa forte pressão sobre o serviço público de saúde, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, dada as especificidades do padrão de morbidade da população idosa.

EMPREGO

A População Economicamente Ativa – PEA ascendia a 7.122.040 em 2005, de acordo com a PNAD, representando 63,6% da População em Idade Ativa. Desse total, 6.413.900 (90,1%) estavam ocupados e 708.140 (9,9%) se encontravam desempregados. A distribuição espacial da População Economicamente Ativa revela que 63,6% residiam em áreas urbanas e 36,4% em áreas rurais. A Região Metropolitana de Salvador respondia por 25,7% da PEA.

Quanto às características da população ocupada, tem-se que 59,7% são homens, 55,3% estão na faixa etária de 18 a 39 anos e 35,5% possuem até três anos de escolaridade. Fato grave é que 218.244 crianças na faixa etária de 10 a 14 anos já participavam do mercado de trabalho. Desta forma tem-se que 15,6% das crianças numa faixa etária onde obrigatoriamente deveriam estar apenas estudando já ingressaram precocemente no mercado de trabalho comprometendo o seu bem estar e o seu futuro, e violando a legislação.

Os setores ligados às atividades terciárias (comércio, serviços, administração pública) são os maiores absorvedores da força de trabalho, com predominân-

cia do setor serviço. A agricultura, entretanto, é o setor de atividade que, isoladamente, mais ocupa mão-de-obra no Estado. Assim é que 2.463.976 trabalhadores (38,4% da população ocupada) estão na agricultura, seguido por 1.592.539 (24,9%) no setor de serviços e 893.906 (13,94%) no setor de comércio. No setor serviços, destacam-se os serviços de educação, saúde e de serviço social, bem como o trabalho doméstico. Na administração pública, por sua vez, estão 4,4% dos trabalhadores ocupados.

Deste diagnóstico resulta a política do atual governo de buscar incentivar o surgimento de empregos na agricultura familiar, no setor de serviços e no comércio. Aliando a isso, a implementação de políticas que garantam condições dignas de trabalho e revertam a situação de precarização existente, bem como o sucateamento do setor público, o que significa oferecer emprego público sem ir para o outro extremo de ocupar pessoas sem função e sem produtividade.

RENDA E INSEGURANÇA ALIMENTAR

A renda média na ocupação principal das pessoas de 15 anos e mais alcançava, em 2005, R\$ 394,00, equivalendo a 56% da média nacional. No que diz respeito à renda domiciliar *per capita*, tem-se que na Bahia, no mesmo ano, ela alcançava R\$ 297,00 contra R\$ 511,00 no Brasil. Em 2005, o percentual de pobres e indigentes, calculando este indicador a partir da renda monetária, embora declinante desde a década de 90, alcançava, respectivamente, 50% e 20,8%, valores bem maiores que a média nacional, de 29,5%, no caso da taxa de pobreza, e de 11%, quanto à taxa de indigência.

O levantamento sobre segurança alimentar incluído na PNAD 2004 revelou que 55,8% dos baianos residiam

em domicílios onde se verifica algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, alguma forma de restrição quantitativa ou qualitativa ao acesso a alimentos. Nos domicílios com insegurança alimentar grave, residiam 1.895.416 pessoas, ou seja, 13,8% da população do Estado. Já as situações de insegurança alimentar moderada e leve envolviam, respectivamente, 22,4% e 19,5% da população baiana.

A comparação com os dados nacionais evidencia que a prevalência da insegurança alimentar é mais significativa nas regiões Nordeste e Norte que no resto do país. O Nordeste apresentava o maior percentual de pessoas com insegurança alimentar (58,9%), seguido da região Norte com 51,9%. Nas demais regiões do país este percentual oscilava em torno de 30%. A distância entre as regiões Nordeste e Norte e as demais regiões do país é ainda maior quando se considera a insegurança alimentar grave. A região Nordeste, por exemplo, com 28% da população brasileira, concentra 52% das pessoas residentes em domicílios com situação de insegurança alimentar grave, o que representa um contingente de 7,2 milhões de pessoas. A percentagem de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Nordeste era de 14,3%, cerca de 3,5 vezes maior que a da região Sul, de 3,9%. Esses dados evidenciam que, embora haja insegurança alimentar em todo o território nacional, este fenômeno, especialmente em sua vertente mais grave, atinge fundamentalmente as regiões Nordeste e Norte.

Os dados da PNAD revelam, também, que a insegurança alimentar atinge desigualmente a população, considerando seus atributos sociais. Na Bahia, enquanto na área urbana 53,9% das pessoas residiam em domicílios com algum grau de insegurança alimentar, nas áreas rurais este percentual se elevava para

59,58%. Da mesma forma, os negros e pardos são mais acometidos por insegurança alimentar que os brancos. Enquanto 41,8% dos brancos residiam em domicílios que vivenciam insegurança alimentar, esta situação atingia a 60% dos negros e pardos. Considerando-se apenas a insegurança alimentar grave, observa-se que ela atingia 16% dos negros e pardos contra 7,4% dos brancos.

O acesso da população baiana aos bens e serviços que expressam a qualidade de vida, o exercício da cidadania e a plena fruição dos benefícios do mundo moderno ainda apresentam graves lacunas, colocando a Bahia em posição desconfortável em relação à maioria dos estados da Federação, em especial em relação ao Sul e Sudeste.

Em decorrência deste quadro de absoluta carência faz o maior sentido tornar mais eficientes os programas de transferência de renda do governo federal como o Fome Zero.

EDUCAÇÃO

Com os investimentos em educação realizados nas últimas décadas, sobretudo graças ao FUNDEF, o ensino fundamental está praticamente universalizado. Segundo os dados do Censo Escolar de 2005, 2.879.669 alunos freqüentam o ensino fundamental formal, sendo a rede municipal responsável por 73,8% deste contingente e a rede estadual por 18,7%.

A Taxa de Atendimento das pessoas de 7 a 14 anos indica, para 2005, que 97,8% dos jovens estavam matriculados na rede de ensino. Entretanto, quando se compara este dado com a Taxa de Escolarização, veri-

fica-se que parte significativa dos alunos está em nível inadequado. Assim é que enquanto a taxa de escolarização bruta do ensino fundamental (a relação entre o total de alunos matriculados nesta modalidade de ensino e a população de 7 a 14 anos) é de 129,6%, a taxa líquida (a relação matrícula de alunos na faixa de 7 a 14 anos e a população na mesma faixa etária) é de 94,7%. Isto significa que muitos alunos não logram aprovação, permanecendo no ensino fundamental além da idade adequada.

Deve-se destacar o fato de que a população até 14 anos de idade decresceu em termos absolutos entre os anos 2000 e 2005.

No ensino médio regular estão matriculados 722.817 alunos. Ao contrário do ensino fundamental, a rede estadual é o principal ofertante de vagas nesta modalidade, com 633.625 matrículas contra 35.341 da rede municipal e 49.915 da rede particular. A Taxa de Atendimento na faixa etária de 15 a 17 anos em 2005 era de 88,7%. As taxas de escolarização bruta e líquida, por sua vez, eram respectivamente, 83,4% e 27,15%. Isto significa que o acesso ao ensino médio, apesar da expansão nos últimos anos, ainda é baixo, seja pela permanência dos alunos no ensino fundamental, seja pelo abandono escolar.

Esses dados apontam para o grave problema de evasão e repetência. Assim, embora, no que diz respeito ao acesso, o ensino fundamental esteja próximo à universalização e tenha havido um grande avanço do ensino médio, ainda não está garantida a permanência do aluno na escola. Assim é que 14,9% dos alunos do ensino fundamental e 20,9% do ensino médio abandonam a escola.

Outro grave problema é a reprovação, que atinge a 19% dos alunos do ensino fundamental e 10,2% dos alunos do ensino médio. Estes últimos dados apontam para o problema do desempenho escolar dos alunos e da qualidade do ensino, corroborados também pelas avaliações externas e internas que vêm sendo realizadas. Pode-se supor que as elevadas taxas de abandono e reprovação estejam associadas à qualidade do ensino, embora fatores extra-classe possam afetar significativamente o desempenho dos alunos.

De acordo com os dados do INEP, na Bahia em 2005 estavam matriculados 82.026 alunos no ensino superior, em cursos de graduação presencial. Deste total quase a metade, 40.843 alunos, estavam matriculados nas quatro instituições estaduais de ensino, cujas unidades se distribuem em 31 municípios do Estado. A Universidade Estadual da Bahia, com 20.293 alunos matriculados em unidades localizadas em 24 municípios é o principal ofertante de vagas entre as instituições estaduais de ensino. A Universidade Federal da Bahia, por sua vez, matricu-

Tabela 3: Número de alunos matriculados no ensino superior, segundo dependência administrativa. Bahia. 2004

Dependência Administrativa	Alunos Matriculados	
	Número	%
Federal	18.740	22,8
Estadual	40.843	49,8
Particular	22.443	27,4
Total	82.026	100,0

Fonte: MEC/INEP/DAES

lou, em 2005, 18.740 alunos, enquanto que nas diversas instituições particulares matricularam-se 22.443 alunos.

O acesso dos baianos ao ensino superior ainda é extremamente baixo. Entre a população na faixa etária de 18 a 22 anos, apenas 4,9% freqüentam instituições de ensino superior, taxa que representa 42% da média nacional e 22,9% da do Distrito Federal, que possui a melhor situação do país. Considerando a totalidade dos matriculados, independentemente da idade, em relação

Tabela 2: Número de alunos matriculados no ensino básico, por dependência administrativa, segundo modalidade de ensino. Bahia. 2006

Modalidade de Ensino	Dependência Administrativa				
	Estadual	Municipal	Federal	Particular	Total
Ensino Fundamental	539.606	2.125.277	497	214.289	2.879.669
Ensino Médio	633.625	35.341	3.936	49.915	722.817
Educação de Jovens e Adultos	314.240	229.873	30	2.726	546.869
Educação Profissional	4.831	727	3.797	6.517	15.872
Educação Especial	2.534	3.978	–	10.496	17.008
Educação Infantil	7.853	400.581	–	143.898	552.332
Educação Indígena	1.469	4.756	–	25	6.250

Fonte: SEC/Censo Escolar

à faixa etária de 18 a 22 anos, tem-se uma taxa bruta de escolaridade da ordem de 15,8% na Bahia, contra 27,9% no país e 54% no Distrito Federal.

A taxa de analfabetismo da população de 10 anos e mais em 2005 alcançava 16,9%, maior que a média nacional e cerca de três vezes as das regiões Sul e Sudeste. Entretanto as maiores taxas se situam nas faixas etárias superiores e iniciais. Na população acima de 40 anos, a taxa de analfabetismo se eleva para 34,6%, caindo para 13,2% na faixa etária de 7 a 14 anos e para 2,5% na faixa de 15 a 17 anos. Metade da população analfabeta situa-se nas faixas etárias de 30 anos e mais. Estes dados indicam que o analfabetismo é hoje um problema da população mais idosa e daqueles que estão ingressando no ensino fundamental, refletindo, no primeiro caso, a baixa oferta educacional do passado, e, no segundo, o baixo desempenho do sistema escolar no presente.

A escolaridade média das pessoas com 25 anos e mais de idade era de apenas 5,1 anos de estudos – sem considerar a qualidade do ensino –, taxa muito próxima à média nacional, mas extremamente baixa quando se considera que escolaridade, além da sua conexão com a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania, é também fator essencial de competitividade econômica.

SAÚDE

O atendimento à saúde da população baiana ainda é precário no que se refere à atenção básica de saúde. Os indicadores nacionais do Ministério da Saúde/Datasus incluem o estado entre os com pior desempenho, inclusive entre os estados do Nordeste. No Estado da Bahia, o Programa de Saúde na Família – PSF cobria em 2006 apenas 50% da população baiana. O número de consultas médicas nas especialidades básicas foi da ordem de apenas 1,2 consulta/

habitante em 2005, enquanto que a assistência ao pré-natal deixou quase 10% de gestantes sem consulta até o dia do parto, o que resulta também no registro do maior número de nascidos vivos com baixo peso: em torno de 8% em 2003. Os últimos levantamentos indicam ainda que a população baiana tem a maior taxa de incidência de tuberculose pulmonar positiva, 32% em 2003. Estes dados colocam os indicadores de saúde do Estado abaixo da média nacional e do nível de atendimento estabelecido pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Para a reversão desse cenário preocupante é necessário adotar Políticas Estratégicas de Saúde, no sentido de privilegiar o atendimento básico e preventivo à saúde da população, assim como alinhar políticas transversais de saneamento básico, educação, direitos humanos, como forma de reduzir a proliferação de muitas doenças provocadas pela ausência dessas políticas públicas.

SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA URBANA

Um serviço que avançou significativamente nos últimos anos foi a oferta de infra-estrutura social básica, representada, por exemplo, por saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo e telefonia. Nestes casos, ao lado de significativa expansão desses serviços nas áreas urbanas, verificam-se ainda expressivos déficits nas áreas rurais. A oferta de água através de rede geral de abastecimento alcançou 75,1% dos domicílios em 2005. Entretanto, enquanto na área urbana o serviço atendia a 94,6% dos domicílios, nas áreas rurais a cobertura era de apenas 31,7%. No caso de domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica – descartadas outras formas de destinação dos dejetos – a cobertura era de 49% no Estado, 66,6% nas áreas urbanas e de apenas 9,2% nas áreas rurais. Já a coleta de lixo, que beneficia a

71,4% de todos os domicílios do Estado e a 95,6% dos domicílios urbanos, atinge apenas a 17,4% dos domicílios rurais.

O acesso à energia elétrica, que atende a 91,1% dos domicílios, está praticamente universalizado nas áreas urbanas, com 99% dos domicílios atendidos. No entanto, na área rural, ainda subsistem 32,1% de domicílios que não dispõem desta comodidade.

Tabela 4: Domicílios com acesso a infraestrutura básica (%). Bahia. 2005

Domicílios Atendidos	Bahia	Área Urbana	Área Rural
Rede geral de água	75,1	94,6	31,7
Rede coletora ou fossa séptica	49,0	66,6	9,2
Coleta de lixo	71,4	95,6	17,4
Energia elétrica	91,2	99,0	74,0

Fonte: IBGE/PNAD 2005